



## A rede mercocidades e o Mercosul: atuação em rede através do FCCR

Giovanna Arjonilla de Matos<sup>i</sup> • Novembro de 2012

Nathalie Padovani Steffen<sup>ii</sup>

### *Resumo:*

*A atuação das cidades para além das fronteiras nacionais tem contribuído, desde os anos 1980, para mudanças estruturais no cenário internacional. Ao mesmo tempo, nota-se nos estudos urbanos um maior interesse pelas abordagens dos fenômenos territoriais que partem da ideia de ligações em rede. A Rede<sup>iii</sup> Mercocidades se insere neste contexto. Assim, este trabalho busca analisar a inserção da Rede Mercocidades na estrutura institucional do Mercosul, principalmente através do Comitê de Municípios (COMUN) e do FCCR (Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos), criado em 2004. Para tanto, utilizar-se-á a teoria de análise de redes sociais para compreender a estrutura de funcionamento da Rede, partindo da premissa de que, por meio da participação em redes, as cidades se engajam em atividades de cooperação, criando espaços de intercâmbios em torno de interesses comuns, o que permitiria uma maior articulação no interior da Rede Mercocidades e, por conseguinte, uma maior inserção desta na estrutura do Mercosul.*

***Palavras-chave:** Redes de cidades. Mercosul. Mercocidades. Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos (FCCR). Comitê de Municípios (COMUN).*

### *Abstract:*

*The performance of the cities beyond national borders has contributed since the 1980s to structural changes in the international scene. At the same time, in urban studies there has been an increased interest in territorial phenomena that part from the Idea of networking. The Mercocities Network fits this context. Thus, this proposed work seeks to analyze the insertion of the Mercocities Network into the institutional structure of Mercosur, mainly through the Committee of Municipalities (COMM) and FCCR (Consultative Forum of Municipalities, Federated States, Provinces and Departments), created in 2004. To do so, it will use the theory of social network analysis in order to understand the structure of the network operating on the premise that through participation in networks, cities can engage in cooperative activities, creating spaces in exchanges around common interests, which would allow greater coordination within the Network Mercocities and therefore a greater insertion of this structure in the Mercosur.*

***Keywords:** City networks. Mercosur. Mercocities. Consultive Forum of Municipalities, Federated States, Provinces and Departments (FCCR). Municipalities Committee (COMUN).*

## Introdução

A intensificação do processo de globalização, especialmente após a Guerra Fria, traz transformações profundas para o sistema internacional. Destaca-se que, no campo das relações internacionais, esta temática ganha relevância, principalmente ao se analisar o desenvolvimento do capitalismo, a integração da economia internacional, o desenvolvimento de tecnologias de informação e a reformulação do papel dos Estados nacionais. A atuação de cidades para além das fronteiras nacionais, por sua vez, também contribui para as mudanças no cenário internacional, especialmente, com a constituição de redes internacionais de cidades. A Rede Mercocidades, inserida neste contexto, busca, desde sua criação, uma articulação com o Mercosul (Mercado Comum do Sul) e este trabalho procura compreender este esforço.

Assim, na primeira parte deste artigo, será discutida a teoria de redes sociais e de cidades, que caracterizará o instrumental teórico para analisar o caso da Rede Mercocidades e do Comitê de Municípios do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul. Em seguida, será construída uma linha histórica da institucionalização do processo de integração regional via Mercosul, destacando-se a inclusão das cidades ao longo do período que se estende entre 1991 e 2011. Desta forma, far-se-á uma descrição sobre a constituição do bloco (1991), a criação da Rede Mercocidades (1995) e da Reunião Especializada de Municípios (2000), do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (2004), e, no âmbito deste, o Comitê de Municípios. Por fim, será realizada uma análise dos desdobramentos da I Reunião do Comitê de Municípios de 2011.

## Análise de redes

Segundo Manuel Castells (1999), apenas no final do século XX a economia mundial conseguiu se transformar em global, em função da nova infraestrutura que as tecnologias de informação e comunicação desenvolveram. A formação das redes sociais é destacada por Castells nesse novo cenário globalizado e, de acordo com o autor, elas são a “nova morfologia social de nossas sociedades” (CASTELLS, 1999, p.565). A estrutura social baseada em redes é aberta, encontra-se suscetível a mudanças e, através das novas tecnologias de informação e comunicação, características da globalização, ela consegue penetrar em toda a estruturação da sociedade.

Sobre este tema, Alfredo Mela (1999) afirma que a análise de redes sociais não é algo novo em absoluto, mas que remonta a uma tradição da sociologia dos anos 1950. No entanto, de acordo com este autor, nos anos 1980, ocorreu um aumento do interesse nas abordagens de fenômenos territoriais baseados em ideias de ligações a redes, as quais foram aplicadas a uma escala macroterritorial, a fim de explicar a nova estrutura de relações entre as cidades, que era consequência das transformações econômicas e tecnológicas da fase pós-fordista<sup>1</sup>.

Mela (1999) explica que os pontos singulares de uma rede, também chamados de nós,

---

<sup>1</sup> De acordo com David Harvey (2006, p. 135), “a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo” levou à crise estrutural do fordismo. Esta crise foi chamada de rigidez pelo autor: “Rigidez dos investimentos de capital fixo de larga escala (...)”; “(...) rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (...)” (HARVEY, 2006, 135). Assim, a ascensão de um novo modelo de acumulação – o regime de acumulação flexível – foi a consequência desses acontecimentos. Este novo regime substituiu aquele que era fundamentado na rigidez produtiva e trouxe maior flexibilidade dos padrões de consumo, dos mercados e da organização do trabalho.

se configuram como sujeitos sociais individuais ou coletivos. Já as linhas de união, ou arcos, representam a relação social entre esses sujeitos ou, pelo menos, fluxos de permuta. Esses fluxos podem ser monodirecionais, quando a permuta efetua-se somente em uma direção ou bidirecionais, representando reciprocidade.

Roberta Capello (2000), em *“The City Network Paradigm: Measuring Urban Network Externalities”*, afirma que a concepção de comportamento em redes nasceu no campo da economia industrial e, eficazmente, foi transportada para a área da teoria econômica urbana. O comportamento em redes, de acordo com esta autora, é uma metáfora para cooperação entre parceiros de indivíduos, de corporações ou territórios. Esta noção de cooperação, vinculada à ideia de comportamento em redes, tem sido o paradigma de referência num momento de rápidas transformações tecnológicas e inovações e, assim, este recente comportamento encontra sua explicação no processo de globalização, que exige dos atores econômicos a presença em mercados múltiplos e o controle de trajetórias tecnológicas, o que não poderia ser alcançado através do comportamento econômico tradicional. Ainda de acordo com a autora, o paradigma das redes de cidades propõe que, através da participação na rede, as cidades explorem economias em relações de complementaridade e em atividades de cooperação.

Capello (2000) formula, então, a “Teoria das Redes de Cidades”, a qual propõe que uma rede de cidades é uma instituição formada com o objetivo de trocar informações e oferecer a oportunidade para que as cidades desenvolvam políticas conjuntas. Segundo a autora, as redes determinam relações de sinergia privilegiadas entre cidades que cooperam ou interagem no mesmo campo ou função, o que, inevitavelmente, provoca externalidades aos parceiros que cooperam com base em ligações horizontais e de-

sempenham as mesmas funções. Assim, a autora entende que o conceito de rede de cidades consiste em três elementos:

1. Elemento *rede*: relações de longa distância e não-territoriais emergem entre cidades de mesmo tamanho e que possuem padrões de especialização;
2. Elemento *externalidade da rede*: representa a principal vantagem econômica para se explicar o comportamento em redes. Significa que as cidades exploram atividades complementares e efeitos de sinergia em atividades de cooperação, o que é atingido somente através da rede;
3. Elemento *cooperação*: as relações entre as cidades não são governadas por uma hierarquia entre os centros. É este comportamento que garante a concretização de vantagens estratégicas.

Neste sentido, a partir dessa teorização, pretende-se analisar de que maneira a atuação das cidades em rede, especificamente, através da Rede Mercocidades, propicia a criação de espaços de representação dos governos locais no Mercosul.

## A institucionalidade das cidades no Mercosul

O processo de construção do Mercosul remonta ao início dos anos 1990 quando Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai decidiram unir esforços para consolidar uma frente pró blocos comerciais. Em sua criação, o bloco, instituído formalmente através do Tratado de Assunção (1991), pautou a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países membros,

utilizando-se da estratégia de eliminação das restrições tarifárias, adoção de uma tarifa externa comum, coordenação de políticas macroeconômicas e das legislações (TRATADO DE ASSUNÇÃO MERCOSUL, 2011). Essa orientação, que inicialmente congregou somente os níveis nacionais, surgiu no marco de alterações políticas e econômicas globais, com as características neoliberais do Consenso de Washington (CHASQUETTI, 2006; SICA, 2007).

De acordo com Dante Sica (2007), a consolidação do Mercosul é marcada por três etapas. A primeira delas se refere à fase de expansão, entre 1991 e 1998, que coincidiu com uma conjuntura político-econômica favorável, e foi marcada pelo aumento dos fluxos de comércio através da adoção das restrições tarifárias. O momento que se avançaria entre 1998 e 1999, por sua vez, tornou resistente o processo de integração que estava se desenvolvendo. As crises macroeconômicas dos países sócios, com destaque para a desvalorização monetária do Brasil e as crises na Argentina e no Uruguai, que viriam posteriormente, não só criaram incertezas quanto ao futuro do bloco, como também viriam a ressaltar as assimetrias intrabloco existentes.

Nesse sentido, o início do século XXI foi o período de relançamento do Mercosul. A ascensão de lideranças nacionais de esquerda e centro-esquerda nos países do bloco ressaltou a vontade política de alterar e recompor os ânimos e a credibilidade da economia do bloco e permitiu que o Mercosul transbordasse os limites da agenda comercial e abrangesse mais países da América do Sul. Assim, pode-se afirmar que se a dimensão social do Mercosul e a participação de outros níveis no processo de integração haviam sido postos, até essa época, em segundo plano pelos governos nacionais, enfatizando-se a necessidade primária comercial, o ingresso dos líderes progressistas impulsionaria uma visão e atuação

mais inclusiva e participativa (KLEIMAN e RODRIGUES, 2007; VAZQUEZ e RUIZ, 2009).

A participação dos governos locais no processo de integração regional, por sua vez, foi impulsionada no ano de 1995, quando foi fundada a Rede Mercocidades. Criada por doze prefeitos de cidades<sup>2</sup> dos países membros do Mercosul, a Rede tinha como objetivo lograr a participação dos níveis locais nos processos decisórios do bloco e a atuação buscava, por um lado, o fortalecimento da posição contra a orientação excludente e presidencialista do bloco e, por outro, a consolidação enquanto uma rede de cooperação horizontal, voltada para o intercâmbio de experiências e difusão de boas práticas (CHASQUETTI, 2006).

Dessa maneira, pode-se apontar a abordagem de Mela (1999) e Capello (2000) no que se refere ao contexto no qual redes de cidades começaram a se configurar. Ou seja, a conjuntura internacional, marcada por mudanças econômicas e tecnológicas inerentes ao processo de globalização, exigiu um novo padrão de comportamento por parte das cidades e, neste caso, daquelas que fazem parte da Rede Mercocidades.

Em novembro de 1995, foi celebrada a I Cúpula da Rede Mercocidades, a qual culminou com a assinatura da Ata de Fundação da Rede e delineou a criação de um Conselho que seria composto pelos chefes de governos municipais das cidades pertencentes à Rede; o estímulo ao reconhecimento desta entidade na estrutura do Mercosul e a criação das Unidades Técnicas, que, mais tarde, serão chamadas de Unidades Temáticas (Acta de Asunción, I Reunión Cumbre de Mercocidades, 1995). Além dessas instâncias, também foram criadas, posteriormente, a

<sup>2</sup> Assunção (Paraguai), Rosário, La Plata, Córdoba, Buenos Aires (Argentina), Brasília, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador (Brasil), e Montevideu (Uruguai).

Secretaria Executiva, que é uma das instâncias coordenadoras da Rede e, anualmente, é assumida por uma cidade durante a Assembleia Geral das Mercocidades, a Secretaria Técnica Permanente (STPM), com sede em Montevideu; e a Comissão Diretiva, a qual é constituída pela cidade que exerce a Secretaria Executiva do ano vigente, aquela que exerceu no ano anterior e a que exercerá no ano seguinte. Esta instância também é responsável pela coordenação da Rede.

As Unidades Temáticas (UTs) estão a cargo de cidades dos países pertencentes ao Mercosul com responsabilidade de desenvolver e coordenar os temas de interesse comum, dando prioridade aos seguintes: municipalidades e a universidade; comércio exterior; ciência e tecnologia e banco de talentos; cultura; turismo; gestão municipal e planejamento estratégico; planejamento urbano e ambiental; desenvolvimento social – educação e saúde, e legislação e política tributária municipal. As UTs têm a responsabilidade de coordenar temas e desenvolver políticas públicas comuns entre as cidades-membro da Rede, promovendo reuniões, pesquisa e divulgação de experiências bem sucedidas. De acordo com o *site* da Rede, “as Unidades Temáticas surgiram como resposta à necessidade de Mercocidades de trabalhar em determinados aspectos de alta preocupação para a Rede e para as cidades” (MERCOCIDADES, 2011).

Dessa forma, cada cidade dentro da Rede Mercocidades se configura como um nó, de acordo com a teorização de Mela (1999), e a interação entre elas, que ocorre nas UTs, caracteriza os fluxos de permuta, especificamente os intercâmbios de experiências e desenvolvimento de políticas comuns.

No âmbito da institucionalidade do Mercosul, pode-se afirmar que a inclusão dos governos locais no processo de integração que estava se desenvolvendo teve seu primeiro reflexo

com a criação da Reunião Especializada de Municípios (REMI), em 2000, resultado da pressão exercida pelas lideranças nos âmbitos nacionais e no Grupo Mercado Comum (GMC). Se, formalmente, a Reunião Especializada tinha como objetivo a promoção do diálogo e da cooperação, via governos locais, na busca de garantir a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população, a REMI encontrou, durante seus seis anos de funcionamento, barreiras que inviabilizariam seu papel de articulador das instâncias locais dentro do bloco. A criação de um órgão consultivo entre o GMC e a REMI, a estrutura institucional, a agenda política construída e a própria metodologia de trabalho, inicialmente adotada, geraram uma visão da REMI que possuía interseções com a Rede Mercocidades.

Assim, a necessidade de ações coordenadas pelos governos locais em uma conjuntura de otimismo e reconhecimento da complexidade da integração regional propiciou a criação do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, em 2004. Segundo a proposta de criação do Foro de Municípios do Mercosul, enviada pela STPM ao GMC:

Em nossa região, Mercocidades se transformou no decorrer desses últimos anos em um ator relevante do acontecer regional. Seu crescimento em número de membros, como sua atuação em matéria de cooperação e formulação de propostas, evidenciando um amadurecimento que pode ser aproveitada pelo Mercosul. Assim mesmo, Mercocidades desenvolveu uma lógica de participação de caráter regional e individual, muito diferente da lógica de “Sessões Nacionais” impostas pelo Mercosul, que restringe a pluralidade de visões dos governos locais aos interesses particulares de cada país. Por outro lado, os Alcaldes, Intendentes e Prefeitos municipais que habitualmente participam da REMI são, junto aos Presidentes e legisladores da CPC, os únicos atores da integração que contam com a legitimidade democrática que brindam as urnas. Sua participação no processo de integração como atores de mais relevância e prestígio pode aproximar mais o Mercosul ao cidadão (PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO

FORO DE MUNICÍPIOS DO MERCOSUL  
*apud* CHASQUETTI, 2006).

Nesse sentido, o objetivo do Foro se consolidou como um estímulo ao diálogo e à cooperação entre os municípios, estados federados, províncias e departamentos do Mercosul, sendo que a proposição de medidas de melhoria das políticas públicas para os cidadãos, através de recomendações ao Foro, era o instrumento dos governos locais. Formalmente, o FCCR se configurou por dois comitês: o de Municípios e o de Estados Federados, Províncias e Departamentos; e pelos capítulos nacionais dos países membros do Mercosul.

O Comitê de Municípios (COMUN) se estabelece devido à necessidade de inclusão de novos atores no processo de integração, capazes de responder às demandas locais e regionais de maneira capilarizada. Dessa forma, é válido ressaltar o reconhecimento da atuação da Rede Mercocidades, enquanto representação dos governos locais na região. De acordo com a disposição transitória do Artigo 27, capítulo IX do Regimento Interno do FCCR (2011), a coordenação do COMUN ficaria a cargo da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades até 2008. Entretanto, três anos depois dessa data, dita instância da Rede ainda tem como responsabilidade coordenar o Comitê.

## **Rede Mercocidades e o COMUN: desdobramentos da atuação das cidades em rede**

A formulação de Capello (2000) sobre as redes de cidades fornecem o instrumental teórico para se analisar o caso específico da Rede Mercocidades e sua interlocução com o Mercosul. Segundo a autora, as redes proporcionam a criação de relações de sinergia privilegiadas entre as ci-

dades que cooperam ou interagem no mesmo campo ou função.

Assim, levando-se em consideração que, desde a fundação da Rede, existe uma busca pelo protagonismo das cidades no processo de integração regional, foram escolhidos como casos os resultados obtidos com a I Reunião do Comitê de Municípios de 2011, a fim de explicitar de que maneira a articulação em rede das cidades permite o estabelecimento de diálogo com o Mercosul.

A I Reunião do Comitê de Municípios de 2011 aconteceu em Tandil (Argentina), nos dias 14 e 15 de abril, e teve como tema central a integração produtiva. Na ocasião, se reuniram vinte e dois representantes de governos locais<sup>3</sup>, que tinham como objetivo produzir um documento de recomendação de perspectiva municipal para ser elevado ao FCCR e incorporado aos diálogos com o GMC.

Em termos gerais, para a elaboração de tal documento, deve-se levar em consideração, por um lado, o interesse da cidade em participar de uma rede de cooperação horizontal, que se propõe a ser a voz dos governos locais no Mercosul, e, por outro, a existência de dificuldades convergentes entre aquelas cidades dentro do tema proposto e a possibilidade de soluções conjuntas através do intercâmbio de experiências. Nesse sentido, pode-se afirmar que, de acordo com os elementos *cooperação* e *externalidades*, da Teoria das Redes de Cidades, a proposição advinda da coordenação do Comitê de Municípios para os governos locais de elaboração de recomendações e a participação desses representantes de governos na reunião demonstram o potencial

<sup>3</sup>Buenos Aires, Daireaues, Quilmes, Mar del Plata, Morón, Rosário, Tandil (Argentina), Belo Horizonte, Diadema, Guarulhos, Macaé, Porto Alegre, São Carlos, São Leopoldo (Brasil), Canelones, Maldonado, Montevidéu, Rio Cuarto (Uruguai), Ypicuy, Salto del Guairá, Coronel Oliviedo, Limpio (Paraguai).

das cidades nos processos de cooperação e a tentativa de legitimar as demandas dos governos locais no âmbito do bloco econômico.

De acordo com a Ata do COMUM/FCCR – Nº01/11, a metodologia utilizada na I Reunião do COMUM foi a de grupos de trabalho (GT), considerando-se a importância de debate e interação entre os participantes, cujos temas se dividiram entre pequenas e médias empresas (PyMES) e competitividade; e cooperativismo e economia solidária. Com relação ao primeiro GT, o documento de recomendação foi pautado primordialmente pela necessidade de estabelecimento de um vínculo entre o Comitê de Municípios e o Grupo de Integração Produtiva (GIP) do Mercosul, o fomento de um espaço de diálogo entre os responsáveis de parques tecnológicos e incubadoras de empresas e a necessidade de diálogo com o Alto Representante do Mercosul, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

É necessário fornecer informações e treinamento para os governos locais e atores locais para prepará-los para o IP. Devem ser trabalhadas 2 lógicas. Um plano ambicioso de longo prazo para toda a Rede e outro de curto prazo (micro projetos) para gerar respostas rápidas entre as cidades com o compromisso e capacidades desenvolvidas. Em ambos devem ser conhecidas as oportunidades de cidades (banco de dados, por exemplo, para investir) e detectadas as necessidades específicas de suas empresas (inventário de interesses). Isso permitiria incentivar a participação dos atores sociais e a interação público-privado. A Rede tem a necessidade de alcançar resultados concretos e mensuráveis. Isso requer monitoramento e institucionalidade. Uma proposta concreta: possibilidade uma reunião entre os responsáveis por parques industriais tecnológicos e incubadoras de empresas. Há uma clara necessidade de ações coordenadas. Para isso deve ser instituído um comitê de ligação entre o FCCR / COMUM / Mercocidades (SE - UTDEL - STPM) e GIP. Portanto, há uma necessidade de estabelecer um plano de trabalho dinâmico com o FCCR e o GIP, para apoiar Mercocidades e trabalhar contra os problemas específicos das cidades. Eles serão canalizados através do SE. Atenção ao calendário e a presença do Conselho de Mercocidades na Cúpula do Mer-

cosul para pedir uma Sincronismo reunião com o Alto Representante do Mercosul em Assunção (ATA COMUN/FCCR Nº01/2011, 2011, p.07).

Por sua vez, o grupo de trabalho sobre cooperativismo e economia solidária abordou os marcos regulatórios existentes nos países e o papel dos governos centrais, as assimetrias econômicas e as contradições de objetivos dentro das próprias associações.

Levando em consideração os debates acerca das diferentes experiências locais de Economia Solidária entre as cidades da Rede Mercocidades, propomos:

1. uma política de promoção comercial e certificação dos produtos de empreendimentos solidários destas cidades em torno de uma marca comum que identifique estes produtos, levando em consideração as experiências relacionadas a esta temática que já são praticadas nos âmbitos locais;

2. trabalhar para a eliminação de obstáculos a fim de viabilizar a comercialização justa e solidária dos produtos certificados na região;

3. construir um projeto que verse sobre o comércio justo e consumo responsável entre a Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM) e a Rede Mercocidades que possa ser apresentado a organismos de apoio técnico e/ou financeiros” (ATA COMUN/FCCR Nº01/2011, 2011, p.08).

De acordo com as informações obtidas na Ata do COMUM (2011), verifica-se que as recomendações elaboradas pelos governos locais tanto reforçam o papel do Comitê de Municípios, através da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades e do próprio trabalho em rede, quanto reconhecem ao papel da Rede como protagonista na região, com capacidade e legitimidade de ação dentro do Mercosul, através do FCCR.

Nesse sentido, é válido ressaltar que o Comitê de Municípios passa por um processo de consolidação de sua própria atuação, no sentido de que, a despeito de sua institucionalidade, não se pode afirmar que desde a sua criação, as Secretarias Executivas assumiram, de fato, sua coorde-

nação. Essa I Reunião ocorrida em Tandil, então, é um marco, tanto no âmbito da Rede Mercocidades, quanto um logro institucional do COMUN.

Durante a XXVI Reunião Ordinária de Coordenadores Nacionais Alternos do FCCR, nos dias 19 e 20 de maio de 2011, a Secretaria Executiva apresentou as recomendações sobre integração produtiva elaboradas em Tandil pelos vinte e dois governos locais e exaltou a necessidade de incorporação das propostas e possível elevação destas ao GMC. A ata dessa reunião, ocorrida em Assunção durante a Presidência Pró-Tempore Paraguaia (PPTP) do Mercosul, incluiu no item 5 “a institucionalidade dos governos locais no processo de integração regional: repensando estratégias para a integração produtiva”, a recomendação de ser realizada uma reunião entre o Comitê de Municípios e o GIP (MERCOSUR/FCCR-CN/ACTA N°02/2011).

A inclusão dessa recomendação, debatida e elaborada a partir das demandas e perspectivas dos governos locais representa, em grande medida, os esforços da Rede Mercocidades em ser a representação das instâncias municipais dentro do Mercosul, respaldada no próprio sentido de sua criação e, além disso, o reconhecimento do próprio FCCR da legitimidade do COMUN. Com relação a este, pode-se afirmar que o reconhecimento do FCCR para com o COMUN foi mitigado entre 2008 e 2010, em decorrência da atuação pouco expressiva do mesmo. Nesse ponto, é interessante ressaltar que em 2011, no marco da XXVII Reunião Ordinária do FCCR, ocorrida em Assunção nos dias 28 e 29 de junho, foi reconhecida, em ata, pela primeira vez desde a criação do Foro, a presença do Comitê de Municípios. Se na XXVI Reunião Ordinária a ata se iniciava como “Reunião Ordinária de Coordenadores Nacionais do FCCR”, na XXVII houve a alteração do cabeçalho para

“XXVII Reunião Ordinária de Coordenadores Nacionais e dos Comitês do FCCR” (MERCOSUR/FCCR-CN/ACTA N°02/2011; MERCOSUR/FCCR-CN/ACTA N°03/2011), fato esse que corrobora o protagonismo da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades no Comitê de Municípios.

O diálogo do FCCR com o Mercosul é estabelecido diretamente com o GMC e a cada seis meses, durante a transição das Presidências Pró-Tempores, o Foro tem a oportunidade de se pronunciar na reunião do GMC, que ocorre durante a Cúpula do Mercosul. Reiterando o reconhecimento do papel dos governos locais no âmbito do Mercosul e, em certa medida, a atuação do COMUN, observa-se que no mês de julho de 2011, durante a IX Plenária do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Departamentos e Províncias do Mercosul, foi elaborada a Declaração de Assunção na qual o Foro manifesta:

(...) Que se reconheça o protagonismo dos governos subnacionais como estrutura do Estado mais próxima do cidadão, capaz de ligar o local com o regional e o território, através da comunicação e a capacidade de proposta e resposta com a participação dos cidadãos. Para isso afirmamos a necessidade de abertura de espaços nos âmbitos de decisão e de participação da cidadania, processo que aspiramos fortalecer e aprofundar. (...) Seu compromisso de continuar trabalhando para uma maior incidência de governos subnacionais no processo de integração regional, como uma garantia de participação popular e democrática, e também expressa seu desejo de que a dimensão subnacional seja contemplada nos atos do MERCOSUL (DECLARAÇÃO DE ASSUNÇÃO, 2011, p. 2).

Portanto, os desdobramentos da I Reunião do COMUN reforçam a relevância da atuação das cidades em rede, especificamente, na Rede Mercocidades. Com isto, percebem-se a disposição das cidades para a cooperação e os efeitos de sinergia que estão intimamente ligados ao elemento *externalidade* das redes. Destacam-



se, neste processo, o logro do reconhecimento da importância de outros atores no processo de integração regional e as ações da Rede Mercocidades, que têm buscado maior incidência no Mercosul através do COMUN do FCCR.

## Referências

CAPELLO, Roberta. The City Network Paradigm: Measuring Urban Network Externalities. *Urban Studies*, Vol. 37, No. 11, 2000.

CASTELLS, Manuel. “A sociedade em rede”. In: *A era da informação: economia, sociedade e cultura*; v.1 São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHASQUETTI, Daniel. El Mercosur y las ciudades. *Apuntes para una Agenda del Comité de Municipios del Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del Mercosur*. Friederich Ebert Stiftung. Montevideo: Outubro, 2006. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/04478.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2011.

COMUM/FCCR ATA N°01/11. *I Reunião do Comitê de Municípios de 2011*. Disponível em: <[http://www.mercociudades.org/sites/porta1.mercociudades.net/files/archivos/documentos/comum/ATA\\_comum\\_tandil\\_abril\\_2011.pdf](http://www.mercociudades.org/sites/porta1.mercociudades.net/files/archivos/documentos/comum/ATA_comum_tandil_abril_2011.pdf)>. Acesso em 25 ago. 2011.

DECLARAÇÃO DE ASSUNÇÃO. *IX Reunión Ordinaria del Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del MERCOSUR (FCCR)*. 28 jun. 2011.

KLEIMAN, Alberto; RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *MERCOSUL Committee of Municipalities, States, Provinces and Departaments. Process of creation and perspectives*. Fifth Annual Conference of Euro-Latin Study Network on Integration and Trade (ELSNIT). Barcelona, 2007.

MELA, Alfredo. *A sociologia das cidades*. Lisboa: Editora Estampa, 1999.

MERCOCIDADES, 2011. Disponível em <<http://mercociudades.org/node/2286>> Acesso em 10 jun. 2011.

MERCOSUR/FCCR-CN/ACTA N°02/11. *XXVI Reunião Ordinária de Coordenadores Nacionais do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e*

*Departamentos do Mercosul (FCCR)*. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercopol/documentos-oficiais/reunioes-dos-coordenadores-nacionais/xxvi-reuniao-de-coordenadores-do-fccr-pptp-19-e-20-de-maio/xxvi-reuniao-de-coordenadores/>>. Acesso em 28 ago. 2011.

MERCOSUR/FCCR-CN/ACTA N°03/11. *XXVII Reunião Ordinária de Coordenadores Nacionais do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR)*. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercopol/documentos-oficiais/reunioes-dos-coordenadores-nacionais/xxvi-reuniao-de-coordenadores-do-fccr-pptp-19-e-20-de-maio/xxvi-reuniao-de-coordenadores/>>. Acesso em 28 de ago. 2011.

REGIMENTO INTERNO DO FORO CONSULTIVO DE MUNICÍPIOS, ESTADOS FEDERADOS, PROVÍNCIAS E DEPARTAMENTOS DO MERCOSUL (FCCR). Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercopol/documentos-oficiais/regimento-interno-do-fccr>>. Acesso em 25 ago. 2011.

SICA, Dante. “MERCOSUR. Evolución y perspectivas”. In: BARBOSA, Rubens. *Mercosul: Quinze anos*. Fundação Memorial da América Latina: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

TRATADO DE ASSUNÇÃO. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1>>. Acesso em 25 ago. 2011.

VAZQUEZ, Mariana; RUIZ, José Briceño. *O Mercosul na época de Lula e Kirchner: um balanço seis anos depois*. Disponível em: <<http://www.nuso.org/upload/portugues/2009/3Vazquez.pdf>>. Acesso em 28 ago. 2011.

<sup>i</sup> Assistente Técnica da Secretaria de Relações Internacionais da Prefeitura de São Bernardo do Campo. Assessora da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades – Gestão 2010/2011.

<sup>ii</sup> Gerente de Contas da IBM. Assessora da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades – Gestão 2010/2011.

<sup>iii</sup> Para este trabalho será utilizada a palavra “Rede” para designar a Rede Mercocidades.